

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

VITÓRIA SANTOS SILVA

**EFICÁCIA DOS CONTROLES INTERNOS NA CONTABILIDADE
FINANCEIRA COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA MITIGAÇÃO DE
FRAUDES CORPORATIVAS: UMA ANÁLISE DO DIAGNÓSTICO DE FRAUDES
NACIONAIS REALIZADO PELA GRANT THORNTON BRASIL EM 2024**

MACEIÓ
2025

VITÓRIA SANTOS SILVA

**EFICÁCIA DOS CONTROLES INTERNOS NA CONTABILIDADE
FINANCEIRA COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA MITIGAÇÃO DE
FRAUDES CORPORATIVAS: UMA ANÁLISE DO DIAGNÓSTICO DE FRAUDES
NACIONAIS REALIZADO PELA GRANT THORNTON BRASIL EM 2024**

TCC apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas, Campus A.C. Simões, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis

Orientador:

Prof. Me. Paulo Sérgio Cavalcante

MACEIÓ

2025

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de
Alagoas Biblioteca Central

Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S586e Silva, Vitória Santos.

Eficácia dos controles internos na contabilidade financeira como ferramenta estratégica para mitigação de fraudes corporativas : uma análise do diagnóstico de fraudes nacionais realizado pela Grant Thornton Brasil em 2024 / Vitória Santos Silva. – 2025.
31 f. : il.

Orientador: Paulo Sérgio Cavalcante.

Monografia (Trabalho de Conclusão Curso em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Maceió, 2025.

Bibliografia: f. 30-31.

1. Contabilidade financeira. 2. Controle interno. 3. Fraude - Prevenção. I. Título.

CDU: 657.632

VITÓRIA SANTOS SILVA

**EFICÁCIA DOS CONTROLES INTERNOS NA CONTABILIDADE
FINANCEIRA COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA MITIGAÇÃO DE
FRAUDES CORPORATIVAS: UMA ANÁLISE DO DIAGNÓSTICO DE FRAUDES
NACIONAIS REALIZADO PELA GRANT THORNTON BRASIL EM 2024**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Ciências Contábeis, Campus A. C.
Simões, como requisito para a obtenção do
título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em: 02/06/2025.

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **PAULO SERGIO CAVALCANTE**
Data: 12/06/2025 13:19:22-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profº. Me. Paulo Sérgio Cavalcante
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Universidade Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente
 **ERICA XAVIER DE SOUZA**
Data: 13/06/2025 15:44:38-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profº. Me. Érika Xavier de Souza
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Universidade Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente
 **MARIELZA SANTOS DO NASCIMENTO**
Data: 12/06/2025 13:33:03-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profº Dra. Marielza Santos do Nascimento
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Universidade Federal de Alagoas

“Consagre ao Senhor tudo o que você
faz e os seus planos serão bem-
sucedidos.”
Provérbios 16.3

AGRADECIMENTOS

À Deus por ser a minha força, o meu fiel amigo e o meu bom Pai; por ter me dado vida, saúde e pessoas especiais para tornarem minha trajetória acadêmica mais leve.

À minha querida mãe por todo amor, por cada renúncia e por ser a minha grande motivação diária. Cada conquista minha, sempre será fruto das lutas que ela venceu por mim.

À memória da minha avó Neli, que plantou tantas sementes de fé em minha vida.

Ao meu querido esposo por todo esforço para tornar os meus sonhos possíveis e os meus voos mais altos.

À Vitória, de anos atrás, que tinha tantos sonhos, mas que enfrentava tantos desafios. Gratidão a ela que não se permitiu desistir. Que não se limitou ao cenário em que estava. E que decidiu ir à luta diária para, hoje, concretizar mais um dos seus sonhos.

A todos os meus professores, e ao meu orientador Profº Me. Paulo Sérgio Cavalcante que tanto contribuíram para minha formação acadêmica.

Aos meus colegas por terem construído boas memórias e momentos inesquecíveis nas viagens, nas aulas e na vida.

À Deus toda honra e glória.

RESUMO

O objetivo geral deste estudo foi analisar a eficácia dos controles internos na contabilidade financeira como ferramenta estratégica para mitigação de fraudes em ambientes corporativos. A proposta da pesquisa justificou-se pela recorrente identificação de gargalos internos e os impactos que eles causam para a saúde financeira das empresas, tornando iminente o risco de violações. Esse risco, normalmente, está associado a execução inadequada de controles internos ou a ausência de sua implementação. Sendo assim, a pesquisa abordou a relevância de ferramentas que assegurem a integridade das informações financeiras, assim como a conformidade com as normativas vigentes para mitigar quaisquer riscos. A metodologia do estudo apresentou uma abordagem qualitativa e bibliográfica, tendo em vista uma fundamentação desenvolvida a partir de levantamentos bibliográficos e análises documentais. Para isso, explorou-se obras acadêmicas, artigos científicos e normas contábeis vigentes para respaldar, de forma fidedigna, as informações apresentadas. Além disso, foram realizadas análises do cotidiano de empresas enquadradas no perfil discutido, através de um diagnóstico realizado por uma instituição de auditoria. Os resultados obtidos constatarem a estreita relação entre os níveis de controles internos e a probabilidade de fraudes corporativas. Tornou-se evidente que, quanto maior o nível de implementação de controle, maior a sua eficácia e menor o risco de violação financeira. Essa temática contribuiu para o alcance de uma realidade financeira mais segura e fidedigna dentro dos ambientes corporativos.

Palavras-chave: Contabilidade financeira; controles internos; prevenção; fraudes.

ABSTRACT

The general objective of this study was to analyze the effectiveness of internal controls in financial accounting as a strategic tool for mitigating fraud in corporate environments. The research proposal was justified by the recurring identification of internal bottlenecks and the impacts they cause on the financial health of companies, making the risk of violations imminent. This risk is usually associated with inadequate execution of internal controls or the lack of their implementation. Therefore, the research addressed the relevance of tools that ensure the integrity of financial information, as well as compliance with current regulations to mitigate any risks. The study methodology presented a qualitative and bibliographical approach, considering a foundation developed from bibliographic surveys and documentary analyses. To this end, academic works, scientific articles and current accounting standards were explored to reliably support the information presented. In addition, analyses of the daily activities of companies that fit the profile discussed were carried out through a diagnosis carried out by an auditing institution. The results obtained confirmed the close relationship between the levels of internal controls and the likelihood of corporate fraud. It became clear that the higher the level of control implementation, the greater its effectiveness and the lower the risk of financial breach. This theme contributed to achieving a safer and more reliable financial reality within corporate environments.

Keywords: Financial accounting; internal controls; prevention; fraud.

LISTA DE ABREVIACES

CFC	Conselho Federal de Contabilidade
COSO	Committee Of Sponsoring Organization
IIA	Institute of Internal Auditors
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA	10
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 Objetivo Geral	12
1.2.2 Objetivos Específicos	12
1.3 JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO	13
1.4 ESTRUTURA DA OBRA	13
2 REVISÃO DE LITERATURA	14
2.1 CONTROLES INTERNOS	14
2.2 DISTINÇÃO ENTRE ERRO E FRAUDE SEGUNDO A NBC (NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE)	16
2.3 RESPONSABILIDADES DOS GESTORES E DA AUDITORIA SEGUNDO A NBC	16
2.4 DEFICIÊNCIAS GERENCIAIS QUE COMPROMETEM A SEGURANÇA FINANCEIRA DAS EMPRESAS	18
2.5 PRINCIPAIS MECANISMOS DE CONTROLES INTERNOS	19
2.5.1 Fortalecimento do Código de Ética e Conduta	19
2.5.2 Segregação de funções	20
2.5.3 Procedimentos de auditorias internas e externas	21
2.5.4 Implementação de sistemas automatizados para análise de dados e monitoramento de atividades	21
2.5.5 Treinamentos em equipe	22
3 METODOLOGIA	23
3.1 TIPOLOGIA E POSIÇÃO METODOLÓGICA DO ESTUDO	23
3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA	23
3.3 ANÁLISE DOCUMENTAL	24
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30

1 INTRODUÇÃO

1.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

A incidência de erros e a iminência de fraudes são desafios inerentes ao ambiente corporativo, considerando que essas irregularidades podem ocorrer em diferentes contextos empresariais. Attie (2011) pontua que a fraude pode ocorrer em qualquer organização, mesmo naquelas com um sistema de controles internos aparentemente eficaz, pois sua ocorrência está ligada ao comportamento humano, que é imprevisível e influenciado por diversos fatores.

Observa-se, portanto, que as empresas, independente do segmento e porte, podem estar suscetíveis a desvios de condutas entre os colaboradores, inclusive da alta administração, tendo em vista que é o setor de maior acesso às informações internas e sigilosas. Diante disso, a estratégia apresentada na presente pesquisa trata da minimização dessas ocorrências através da implementação eficaz de medidas preventivas, viabilizadas por meio dos controles internos.

A problemática em questão se evidencia diante de um cenário corporativo crescente e altamente competitivo, cuja atenção à segurança financeira das empresas se torna cada vez mais necessária. Essa competitividade nos ambientes de trabalho impõe a necessidade de um mapeamento de riscos para entender as vulnerabilidades às quais a empresa está suscetível e, assim, encontrar as ferramentas técnicas adequadas para gerenciá-las.

Sabe-se que a negligência relacionada aos controles internos pode colocar em risco a integridade financeira e eficiência operacional de muitas organizações, justamente pela incidência de gargalos e a ausência de uma gestão de riscos. Diante dessa premissa, o estudo considera o seguinte questionamento: **Como os controles internos tornam eficaz a mitigação de fraudes em ambientes corporativos?**

No Brasil, as estatísticas explicitam o grau de insegurança financeira em que muitas empresas estão inseridas. A *Grant Thornton*, atuando como uma das maiores organizações globais de auditoria, consultoria e tributos, segundo as informações apresentadas em seu site institucional, realizou uma pesquisa nacional a fim de consolidar um diagnóstico sobre a ocorrência de fraudes em empresas brasileiras. O procedimento de coleta dos dados se deu através de um questionário respondido por 113 profissionais de diversas empresas com diferentes portes, segmentos e áreas distribuídas pelo Brasil, no período entre maio e agosto

de 2024.

Segundo os dados publicados no Diagnóstico das Fraudes, a *Grant Thornton Brasil* concluiu que cerca de 63% dos participantes identificaram pelo menos uma fraude nos últimos 12 meses e, quase a totalidade desses, consideraram que a deficiência de controles internos propiciou um ambiente oportuno para os fraudadores. Dentre os principais objetivos, a obtenção de ganhos financeiros manteve uma expressiva colocação, com cerca de 73%.

A pesquisa também aponta que o procedimento realizado após a detecção da violação é negligenciado por muitos gestores. Os dados constataam que, depois de identificar a fraude, as empresas encerram vínculo com 80% dos infratores sem registrar nenhuma medida judicial contra ele, tornando seus antecedentes ocultos e possibilitando a ocorrência de outras violações nas próximas empresas que o contratarem.

Segundo o relatório de fraudes da Serasa *Experian* (2024), a prevenção à fraude se tornou uma preocupação crescente entre as instituições brasileiras, tendo em vista que elas podem ser originadas de forma interna ou externa, intensificando as precauções de segurança. Os dados mostram que 58% das empresas disseram estar mais preocupadas com a fraude no momento da pesquisa do que estavam há um ano. Além disso, 65% das grandes instituições passaram a investir mais em mecanismos de controle.

Do lado dos usuários, 62% disseram estar dispostos a pagar mais caro em uma marca que lhes ofereça menor possibilidade de serem vítimas de fraudes online. Percebe-se que os clientes de empresas privadas também estão instigando os gestores a aumentarem os níveis de segurança e evitar quaisquer danos financeiros.

O levantamento de dados ainda indicou que houve impacto na previsão orçamentária das empresas que participaram da entrevista. No intervalo de um ano, entre 2023 e 2024, a ordem dos investimentos mudaram e as medidas de prevenção às fraudes passaram a ser prioridade, saindo da quinta colocação para a terceira. Nesse contexto, o diretor de prevenção e autenticação à fraude, Caio Rocha (2024), fez uma colocação importante ao argumentar que as empresas devem reconhecer a importância crítica de se tornarem mais conscientes sobre fraudes e que a proteção em camadas é fundamental para mitigar os riscos e garantir a segurança das operações e dos clientes. Ele também afirmou que investir em estratégias robustas de prevenção e detecção é essencial para a sustentabilidade e a confiança das organizações.

Diante do exposto, entende-se que existem ferramentas e práticas que tornam a empresa mais segura financeiramente. A exemplo disso tem-se: fortalecimento do Código

de Ética e Conduta, segregação de funções, procedimentos de auditorias internas e externas, implementação de sistemas automatizados para análise de dados e monitoramento de atividades, treinamentos em equipe, dentre outros procedimentos que garantam a conformidade legal, protejam a saúde financeira da empresa e preservem a eficiência operacional.

Bergamini Júnior (2005, p. 163) destaca que:

Para minimizar as fraudes e o erro humano voluntário, o ambiente de controle deve prover um código de ética abrangente e manuais de conduta detalhados; a emergência do risco associado ao erro humano involuntário deve ser mitigada pelos controles internos, representados, entre outros, por programas de treinamento e capacitação; sistemas de alçadas, de autorizações e de delegações; normas e procedimentos suficientemente detalhados; as falhas nos sistemas devem ser administradas por programas de contingência ou planos de continuidade dos negócios.

A projeção desses controles deve ser feita a partir das necessidades e aspectos específicos da organização, levando em consideração o seu mapeamento de riscos. O diagnóstico da *Grant Thornton* ainda constatou que 46% das empresas entrevistadas não realizam mapeamento de Análise Geral dos Riscos de Fraude, tornando-se mais suscetíveis a estas ocorrências. Neste estudo serão explanados os conceitos técnicos e as aplicações práticas para evidenciar uma maior eficiência na mitigação das fraudes corporativas, diante das vulnerabilidades constatadas na maioria das empresas.

Diante da presente contextualização, o estudo busca responder o questionamento proposto no início desta introdução, investigando de que maneira os controles internos tornam eficaz a mitigação de fraudes em ambientes corporativos.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a eficácia dos controles internos na contabilidade financeira como ferramenta estratégica para mitigação de fraudes em ambientes corporativos.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Apresentar os principais conceitos literários relacionados ao tema para auxiliar na contextualização da problemática;

- Evidenciar a estreita relação entre os níveis de controles internos e a ocorrência de fraudes corporativas;
- Examinar as percepções e atuação dos gestores sobre a implementação de controles internos nas empresas;
- Apresentar mecanismos de controles para melhorar a segurança das informações financeiras e mitigar os riscos de fraudes;

1.3 JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO

A proposta da pesquisa justifica-se pela recorrente identificação de gargalos internos e os impactos que eles causam para a saúde financeira das empresas, tornando iminente o risco de violações. Esse risco, normalmente, está associado a execução inadequada de controles internos ou a ausência de sua implementação. Essa vulnerabilidade pode comprometer empresas de diferentes portes, inclusive aquelas com um sistema de controle aparentemente eficaz.

Inúmeros escândalos de fraudes em organizações renomadas mostram que, embora os mecanismos de controles sejam implementados, ainda existem gargalos que podem propiciar a ocorrência de violações financeiras, caso não haja um monitoramento minucioso e, periodicamente, avaliado. Esses aspectos justificam a importância dessa temática e relevância de apresentar discussões e propostas para minimizar a possibilidade de quaisquer riscos.

1.4 ESTRUTURA DA OBRA

A presente pesquisa será estruturada em cinco seções: a primeira seção é composta pela introdução; a segunda aborda a revisão da literatura; a terceira seção descreve os aspectos metodológicos; a quarta expõe os resultados obtidos e, por fim, na quinta seção, encontram-se as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 CONTROLES INTERNOS

Diante dos recorrentes escândalos financeiros envolvendo empresas de diversos portes e segmentos, levantou-se um alerta relacionado à importância de regulamentações severas dentro das organizações a fim de minimizar os riscos de perdas financeiras. Essas regulamentações possuem um embasamento técnico e são desenvolvidas por meio de avaliações de riscos, conclusão de teses e registros conceituais que apontam os procedimentos adequados para garantir que a organização se mantenha assegurada contra violações e preparada diante de qualquer necessidade de correção. Dessa forma, ela atinge com eficácia os objetivos previamente estabelecidos.

Para Chiavenato (1997, p. 273), a principal finalidade do controle é definida por:

Assegurar que os resultados daquilo que foi planejado, organizado e dirigido se ajustem tanto quanto possível aos objetivos previamente estabelecidos. A essência do controle reside na verificação se a atividade controlada está ou não alcançando os objetivos ou resultados desejados. O controle consiste fundamentalmente em um processo que guia a atividade exercida para um fim previamente determinado.

Na perspectiva da mitigação de fraudes corporativas, entende-se que os controles internos se caracterizam como ferramentas essenciais no processo de prevenção, detecção e correção de quaisquer irregularidades. Quando implementados de maneira apropriada, são capazes de melhorar as tomadas de decisões e a eficiência operacional, pois permitem que os gestores consigam ter ampla visibilidade sobre a atual situação da empresa e os direcionam às medidas adequadas.

Sob a visão de *Anthony e Govindarajan* (2007), o controle interno estabelece quatro elementos que atuam de maneira conjunta, sendo eles: a detecção, que é a capacidade de identificar situações que necessitem de intervenções; a avaliação, que é a comparação dos resultados atingidos com os padrões previamente estabelecidos; a execução, que é a capacidade de modificar o curso de um processo, em decorrência da identificação de ocorrências relevantes; e, por último, a comunicação, que é o processo de interligação entre os demais elementos. Diante dessa perspectiva, a organização precisa dispor dos elementos citados para que seus controles atinjam os objetivos propostos e apresentem os resultados esperados.

É importante destacar que os controles internos abrangem todas as áreas da empresa. Embora os setores apresentem atribuições distintas, todos possuem uma finalidade em

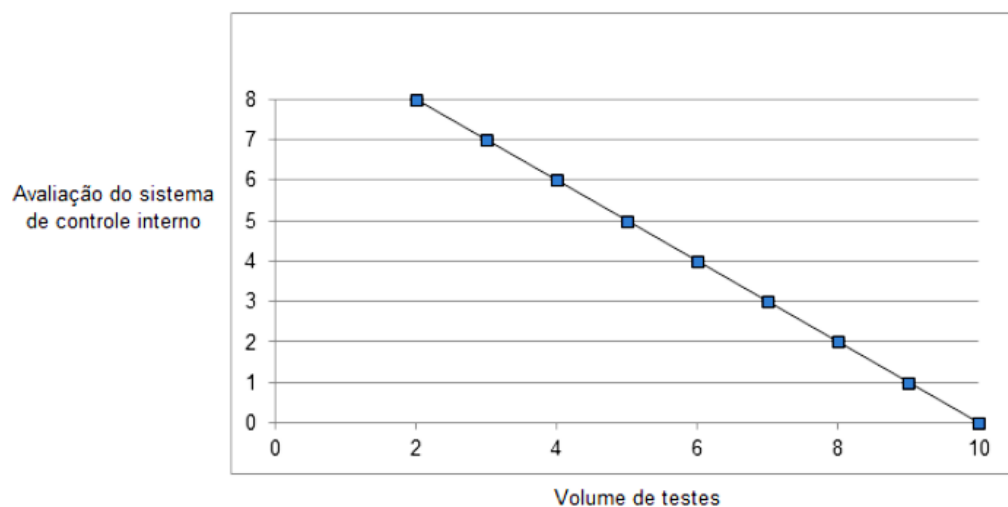
comum, levando em consideração o foco na integridade, segurança e eficiência nos resultados que a entidade pretende alcançar. Se um dos setores negligencia a execução adequada desses procedimentos, pode comprometer a confiabilidade das informações financeiras e possibilitar a ocorrência de violações. Portanto, todos os riscos devem ser considerados no processo de planejamento e execução dos mecanismos de controle.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), também evidencia os procedimentos adequados e orienta as entidades a tornar o ambiente de trabalho assegurado contra possíveis riscos de irregularidades, sejam elas intencionais ou não. Sendo assim, a NBC 16.8, descreve as principais finalidades dos Controles Internos, dentro de uma perspectiva técnica. Sendo elas:

- (a) salvaguardar os ativos e assegurar a veracidade dos componentes patrimoniais;
- (b) dar conformidade ao registro contábil em relação ao ato correspondente;
- (c) propiciar a obtenção de informação oportuna e adequada;
- (d) estimular adesão às normas e às diretrizes fixadas;
- (e) contribuir para a promoção da eficiência operacional da entidade;
- (f) auxiliar na prevenção de práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações.

Crepaldi (2011) demonstra, através da imagem abaixo, a relação entre o nível de eficiência dos controles internos e o volume de teses correspondentes. Trata-se de uma relação inversamente proporcional, considerando que a implementação correta dos procedimentos de controles resulta na redução de hipóteses, além de facilitar a obtenção de conclusões.

Figura 1: Relação entre o nível de eficiência dos controles internos e o volume de testes correspondentes



Nesse sentido, quanto maior a avaliação do sistema de controles interno, menor será a variedade de teses. Se uma empresa apresenta seus controles internos avaliados no nível 8, por exemplo, é provável que seu volume de suposições seja mínimo, otimizando o tempo de obtenção de conclusões, e vice-versa.

2.2 DISTINÇÃO ENTRE ERRO E FRAUDE SEGUNDO A NBC (NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE)

Para fins de prevenção ou detecção de irregularidades financeiras, é imprescindível que haja clareza na distinção das possíveis anormalidades para que sejam classificadas segundo suas respectivas características diante das normas contábeis. Como a presente pesquisa traz um enfoque para a mitigação de fraudes, é indispensável pontuar suas especificidades.

Portanto, de acordo com a NBC T11, item 11.1.4, tratando-se de erro e fraude, são apresentadas as seguintes definições:

- a) fraude, o ato intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis; e
- b) erro, o ato não intencional resultante de omissão, desatenção ou má interpretação de fatos na elaboração de registros e demonstrações contábeis.

As especificidades mencionadas acima pontuam que as irregularidades financeiras podem ser executadas de forma intencional ou não intencional. Porém, ambas só conseguem ser efetivadas se o ambiente for propício a elas.

No caso das fraudes, a intenção deliberada de manipular registros contábeis ou desviar ativos normalmente está associada a ausência, falha ou negligência de mecanismos básicos de controle, como a segregação de funções, a sistematização de dados e os procedimentos de auditoria. Por outro lado, empresas que mantêm e avaliam periodicamente seus sistemas de controle reconhecem que esses mecanismos atuam como barreiras efetivas à prática de atos fraudulentos.

2.3 RESPONSABILIDADES DOS GESTORES E DA AUDITORIA SEGUNDO A NBC

Conforme disposto na NBC T 11, item 11.1.4.3, a responsabilidade primária pela

prevenção e identificação de fraudes e erros recai sobre a administração da entidade, por meio da implementação e manutenção de um sistema contábil e de controle interno adequado.

Neste item, identifica-se a responsabilidade que os gestores têm diante desta temática. Sua atuação deve estar envolvida tanto na implementação quanto no monitoramento dos controles internos, tendo em vista as possíveis necessidades de melhorias. É um erro recorrente de muitos gestores atentarem-se apenas ao diagnóstico de irregularidades financeiras e ignorarem os procedimentos de prevenção, viabilizados através dos controles internos.

O modelo intitulado como “Três Linhas de Defesa” é amplamente utilizado para fornecer a governança e promover a responsabilização nas organizações (*Institute of Internal Auditors* [IIA], 2013). Ele designa e discorre sobre todas as responsabilidades dentro de uma organização no que diz respeito à gestão de riscos e governança. Nele, os gestores estão na primeira linha de defesa dos controles internos, tendo em vista que suas atribuições devem garantir que os procedimentos estejam sendo executados conforme as políticas da empresa, assim como identificar sinais de alerta, inconsistências ou comportamentos atípicos que possam indicar tentativas de fraude.

Para Bergamini Júnior (2005), o gestor direto deve assumir as responsabilidades em relação a emissão de normas e implantação dos procedimentos preventivos, pois a delegação dessa responsabilidade para outras unidades administrativas, é vista como algo ultrapassado.

Ainda segundo a NBC T 11, no tópico 11.2.5, que discorre sobre o estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos, admite-se que, embora a aplicação dos controles internos seja responsabilidade primária da administração, quando o auditor efetua sugestões ao decorrer das suas constatações, dois aspectos são considerados, sendo eles: o ambiente de controle existente na entidade e os procedimentos de controle adotados pela administração da entidade.

O primeiro aspecto, de acordo com o item 11.2.5.5, avaliam-se diversos elementos estruturais e administrativos da entidade. Isso abrange a definição e clareza nas atribuições da administração e o grau de delegação de autoridades e responsabilidades; uma vez que essas informações auxiliam a auditoria na interpretação dos fatos. Além de considerar quais fatores interferem nos processos decisórios tomados pela entidade. Nesse contexto, também são analisadas as políticas de segregação de funções e a atuação da auditoria interna, caso esteja implementada, como parte integrante dos mecanismos de controle da administração.

A segregação de funções, por exemplo, é uma das medidas utilizadas para proteger

as informações financeiras de pessoas não habilitadas para acessá-las, assim como diminuir a carga de trabalho de colaboradores que exercem várias funções simultaneamente, pois a probabilidade de ocorrência de violações é elevada.

Sob a perspectiva de Almeida (2010, p. 43):

Para que os processos operacionais sejam executados de acordo com o pré-definido é necessário que os empregados e departamentos da organização, tenham suas atribuições claramente definidas e limitadas, de preferência por escrito, levantamento de fluxos e rotinas pertinentes à atividade, por meio de manuais internos. Com essas atribuições distribuídas claramente, é possível assegurar que todos os procedimentos de controle sejam executados, detectar possíveis erros e irregularidades, além de apurar as responsabilidades por eventuais omissões na realização das transações da organização.

Diante disso, entende-se que a definição das responsabilidades, atribuições de cargos e clareza dos fluxos de atividades é muito importante, pois além de prevenir gargalos internos, também facilita o processo das auditorias, o desenvolvimento de teses e a obtenção de conclusões.

2.4 DEFICIÊNCIAS GERENCIAIS QUE COMPROMETEM A SEGURANÇA FINANCEIRA DAS EMPRESAS

As consequências advindas da ausência de controles internos também podem estar associadas com uma perspectiva equivocada por parte dos gestores ou com a alarmante deficiência de habilidades técnicas. Um estudo de campo realizado por Macedo (2018), visando tratar as percepções de gestores de negócio e de compliance sobre a utilização de controles internos como instrumento de competitividade, revelou que muitos gestores associavam os controles internos a elementos dos programas de compliance e à burocracia empresarial.

Sendo assim, uma parte dos respondentes da pesquisa relataram que os custos decorrentes da implantação, operação e necessidades de melhorias de controles internos não eram, ainda, plenamente justificáveis pelos seus benefícios. Essa interpretação caracteriza-se como um gargalo gerencial que pode ocasionar consequências severas para a empresa.

Em relação a importância das habilidades técnicas, o diagnóstico feito pela *Grant Thornton* Brasil aponta que a incidência de irregularidades se intensifica em períodos de grandes desenvolvimentos financeiros, pois as perdas se tornam menos evidentes ou, embora sejam percebidas, são interpretadas como riscos comuns de qualquer entidade. Essa

relevância de perdas, por mínimas que sejam, também demonstram uma deficiência gerencial que pode propiciar a ocorrência de violações. O gestor, tendo ciência das suas responsabilidades e apresentando as habilidades adequadas, deve investigar a origem de quaisquer perdas, por menores que sejam, para mitigar possíveis riscos.

A pesquisa da *Grant Thornton* também evidenciou que após identificar a fraude, as empresas encerram vínculo com 80% dos infratores sem registrar nenhuma medida judicial contra ele. Essa prática possibilita a reincidência de violações financeiras em outras empresas, tendo em vista que os antecedentes do fraudador não serão registrados e não ocorrerão as devidas punições legais.

Essas falhas gerenciais, quando identificadas por indivíduos de má conduta, tornam-se fatores instigantes para que eles cometam mais violações. *Jamal, Johnson e Berryman* (1995), apontam que uma fraude corporativa ocorre quando os agentes fraudadores identificam uma oportunidade de cometê-la.

Essa tese pode ser compreendida através da teoria do “Triângulo da Fraude”, desenvolvida por *Donald Cressey* (1953), onde sugere que a pressão, a racionalização e a oportunidade são os três principais fatores relacionados com a execução de fraudes corporativas. Sendo assim, os gestores devem corrigir essas deficiências gerenciais e estar atentos aos aspectos que motivam e oportunizam os fraudadores a agirem.

2.5 PRINCIPAIS MECANISMOS DE CONTROLES INTERNOS

Partindo das informações pontuadas acima, entende-se que os mecanismos de controle são implementados para mitigar os gargalos internos, manter a segurança e a integridade das informações e, assim, alcançar os objetivos pré-estabelecidos. Dessa forma, eles podem ser caracterizados como regulamentos, sistemas e práticas que viabilizam o bom funcionamento da empresa. Apresentam-se, a seguir, alguns dos procedimentos a serem executados:

2.5.1 Fortalecimento do Código de Ética e Conduta

A alta administração possui uma atuação muito importante no fortalecimento do código de ética e conduta e deve investir constantemente na sua revisão para que se mantenha efetivo. Esse mecanismo de controle caracteriza-se como um regimento que aponta os principais padrões éticos instituídos pela empresa com a finalidade de aprimorar as relações profissionais e interpessoais para que, dessa forma, combatam práticas

impróprias advindas de desvios de conduta.

Essa ferramenta é essencial no processo de mitigação de irregularidades financeiras, pois demonstra a atenção que a empresa tem sobre as práticas internas de cada colaborador, a fim de alinhar os valores éticos e reforçar a sua cultura organizacional. O diagnóstico executado pela *Grant Thornton* Brasil pontuou que a influência do ambiente ou a cultura organizacional foram capazes de motivar 8% das práticas fraudulentas, de acordo com as respostas dos entrevistados. Portanto, existe uma relação entre os padrões éticos propagados pela organização e as chances de desvios de conduta.

2.5.2 Segregação de funções

Entende-se como imprudência o ato de delegar apenas um colaborador para realizar todas as atividades relacionadas ao fluxo financeiro. Além de sobrecarregá-lo com múltiplas funções de alta responsabilidade, tornando propício a recorrência de erros, também pode tornar o setor vulnerável a violações financeiras, diante da má conduta de um deles.

Uma equipe só demonstra eficiência operacional quando todos compreendem e exercem suas respectivas atribuições, sem interferir nas atividades do outro. Esse mecanismo de controle possibilita que as vantagens sejam mútuas tanto para a satisfação do colaborador quanto para a segurança da empresa. Trata-se de um princípio tão importante dentro dos processos financeiros que não se aplica apenas às empresas privadas, mas também aos Órgãos Públicos. De acordo com o Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (2001, p. 68-69), na execução da segregação de funções:

A estrutura das entidades deve prever a separação entre as funções de autorização/aprovação de operações, execução, controle e contabilização, de tal forma que nenhuma pessoa detenha competências e atribuições em desacordo com este princípio.

Nos dois contextos, a entidade deve separar, por indivíduos distintos, a execução de autorização, aprovação, execução, controle e contabilidade. Desta forma, aquele colaborador responsável pela aprovação do pagamento não poderá executá-lo. A segregação de funções é compreendida como um dos mecanismos mais eficientes no processo de mitigação de fraudes financeiras.

De acordo com COSO (*Committee of Sponsoring Organizations*) (2007, p. 67):

As atividades de controle são as políticas e os procedimentos que contribuem para assegurar que as respostas aos riscos sejam executadas. Essas atividades ocorrem em toda a organização, em todos os níveis e em todas as funções, pois compreendem uma série de atividades – tão diversas, como aprovação, autorização, verificação, reconciliação e revisão do desempenho operacional, da segurança dos bens e da

segregação de responsabilidades.

2.5.3 Procedimentos de auditorias internas e externas

A auditoria é uma ferramenta importante na prevenção de irregularidades financeiras. Ela possibilita a constatação de gargalos e inconformidades nos processos e resultados de uma organização, além de promover maior transparência sobre a sua real situação. A execução de auditorias, principalmente periódica, apresenta um efeito inibidor para possíveis fraudadores, pois eles tendem a evitar condutas ilícitas ao saberem que suas ações estão sujeitas a um monitoramento.

Sob as considerações de Moreira e Baran (2018), a auditoria pode ser externa e interna. Entende-se como externa quando é realizada por auditores independentes, que não possuem vínculo com a empresa e tem, como objetivo principal, examinar documentação e demonstrações contábeis para emitir um parecer sobre a situação da empresa, ou seja, busca pela veracidade dos dados, averiguando o nível de segurança dos controles internos da organização. Por outro lado, a auditoria interna é realizada por profissionais da própria empresa, não precisando ser, necessariamente, da área contábil.

As auditorias são capazes de atuar na prevenção, detecção e resolução de muitos problemas internos. Elas identificam se as ações realizadas e os resultados obtidos estão em conformidade com os objetivos estabelecidos previamente pela empresa. Dessa forma, tornam as tomadas de decisões mais assertivas, tendo em vista que irão apresentar a verdadeira situação da entidade.

2.5.4 Implementação de sistemas automatizados para análise de dados e monitoramento de atividades

Embora a modernização e a alta competitividade no ambiente corporativo requeiram sistemas automatizados, muitas empresas ainda utilizam mecanismos de funcionamento manual. Esses mecanismos comprometem a eficiência operacional, a integridade de dados e o rastreamento de informações, tendo em vista que a ausência de automatização torna o ambiente mais propício a práticas irregulares.

O controle manual de uma gestão financeira expõe a empresa a sérios riscos de violações e pode se tornar um grande desafio durante o processo de auditoria, pois não haverá rastreamento de dados suficiente e o volume de teses será maior, dificultando a

tomada de decisões. A automatização de sistemas, em contrapartida, otimiza o tempo empregado na execução das atividades e permite uma rastreabilidade mais eficaz sobre as ações realizadas por cada colaborador, facilitando o monitoramento de suas atribuições.

Dentre os aspectos examinados pela *Grant Thornton* Brasil nas entrevistas, os recursos tecnológicos foram um deles. Quando questionados sobre quais as principais ferramentas tecnológicas utilizadas pela empresa em combate à fraude, 38% dos entrevistados elencaram a plataforma para captação e gestão de denúncias como principal aliado. As aplicações de monitoramento contínuo de transações e/ou atividades suspeitas (15%), e as atividades de *data analysis e big data* (6%). Entende-se, portanto, a importância de sistemas tecnológicos na prevenção e diagnósticos de anormalidades financeiras.

2.5.5 Treinamentos em equipe

A alta administração deve assegurar a eficiência operacional e a segurança dos seus resultados, através da qualificação dos seus colaboradores. A implementação de treinamentos e capacitações são mecanismos estratégicos, pois através dessa abordagem podem ser introduzidas orientações sobre medidas preventivas e conscientização da cultura organizacional, além de fortalecer os conhecimentos técnicos voltados para a qualificação profissional.

Esses treinamentos podem ser executados através de diferentes modalidades, incluindo palestras, reuniões e atividades práticas, melhorando os vínculos interpessoais e aprimorando as habilidades profissionais. Segundo Attie (1998, p.117), “todas as pessoas que compõem a empresa precisam receber informações adequadas para a realização de suas tarefas, bem como necessitam de treinamentos apropriados no âmbito técnico, gerencial e operacional”.

3 METODOLOGIA

A pesquisa em questão apresenta uma abordagem qualitativa e bibliográfica, tendo em vista que sua fundamentação foi desenvolvida a partir de levantamentos bibliográficos e análises documentais. Para isso, explorou-se obras acadêmicas, bibliografias de autores conceituados, artigos científicos, normas contábeis vigentes e diagnósticos de pesquisas relacionadas a temática para respaldar, de forma fidedigna, as informações apresentadas.

3.1 TIPOLOGIA E POSIÇÃO METODOLÓGICA DO ESTUDO

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, pois seu objetivo é analisar a influência e eficácia dos controles internos, como ferramenta financeira, na mitigação de fraudes dentro dos ambientes corporativos. Deste modo, as conclusões gerais desse estudo foram obtidas através da análise do diagnóstico de fraudes realizado pela *Grant Thornton* Brasil, dando ênfase aos dados observados pela entrevista que a empresa realizou com 113 representantes de empresas distintas para evidenciar a relação entre os controles internos e o diagnóstico de fraudes financeiras.

De acordo com Lincoln Denzin (2006, p. 17):

A pesquisa qualitativa envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos – estudo de casos; experiência pessoal; introspecção; história de vida; entrevista; artefatos; textos e produções culturais; textos observacionais/registros de campo; históricos interativos e visuais – que descrevem momentos significativos rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos. Portanto, os pesquisadores dessa área utilizam uma ampla variedade de práticas interpretativas interligadas na esperança de sempre conseguirem compreender melhor o assunto que está ao seu alcance.

3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA

A coleta de dados foi realizada levando-se em consideração a relevância dos conteúdos e os impactos causados através da sua leitura, além da fidedignidade e atualidade das informações apresentadas. A principal fonte de dados estatísticos utilizada foi uma pesquisa realizada pela *Grant Thornton* Brasil, a fim de consolidar um diagnóstico sobre a ocorrência de fraudes em empresas de diversos portes, segmentos e áreas distribuídas pelo Brasil.

O procedimento de coleta dos dados se deu através de um questionário elaborado pela *Grant Thornton* Brasil e respondido por 113 profissionais, no período entre maio e

agosto de 2024. As análises dos materiais mencionados foram indispensáveis para o alcance dos objetivos e conclusões gerais deste estudo.

3.3 ANÁLISE DOCUMENTAL

O presente estudo conteve uma análise qualitativa e interpretativa a partir das bibliografias utilizadas. Considerou-se os dados percentuais apresentados pelo Diagnóstico de Fraudes realizado pela *Grant Thornton* Brasil, além de conceitos técnicos relacionados à temática. Através da análise dos dados e informações, interpretou-se uma estreita relação entre os níveis de controles internos e a probabilidade de fraudes corporativas.

Essa relação se configura justamente porque os controles internos servem para melhorar a segurança financeira das empresas. Diante da sua ausência ou deficiência, criam-se vulnerabilidades capazes de comprometer a confiabilidade das informações. Entende-se como uma relação inversamente proporcional onde, quanto maior a implementação de mecanismos de controles, menor é a probabilidade de violações. E vice-versa.

Frente a essas duas visões, o estudo em questão comprovou como a influência dos controles internos pode tornar eficaz a mitigação de fraudes em ambientes corporativos, apontando as principais ferramentas e práticas utilizadas nesse processo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Essa seção apresenta e discute os principais resultados obtidos a partir da análise dos dados coletados pela *Grant Thornton* Brasil, a fim de diagnosticar aspectos comuns das fraudes corporativas. A pesquisa contou com a participação de diversos profissionais que atuam em empresas de diferentes portes, segmentos e áreas de várias regiões do país. Embora tenha sido delimitada a uma quantidade de 113 entrevistados, o levantamento dos dados possibilitou resultados consistentes para evidenciar a problemática apresentada neste estudo.

Diante das respostas obtidas, foi possível concluir aspectos relacionados aos departamentos com maior incidência de fraudes, as principais ações de controles adotadas e as principais origens de provas factuais.

Quanto a coleta, 63% das empresas que confirmaram ter deficiências de controles internos, entenderam propiciar a ocorrência das fraudes. Porém, as ações de controles que elas tinham, ainda que deficientes, permitiram que essas violações fossem diagnosticadas rapidamente, o que possibilitou o fortalecimento de novas medidas preventivas. Os dados abaixo irão evidenciar a eficácia dos controles internos nos diagnósticos das fraudes identificadas:

QUADRO 1: Departamentos e processos com maior incidência de fraudes:

DEPARTAMENTOS E PROCESSOS	%
Compras / Contas a Pagar / Tesouraria	41%
Vendas / Faturamento / Contas a Receber	39%
Armazenagem / Estoque / Recebimento	32%
Reembolso de despesas	32%
Tecnologias da Informação / Segurança da Informação	23%
Outro(s)	11%
Armazenamento de dados e reporte	10%
Recurso Humanos / Folhas de Pagamentos / Benefícios	10%
Verbas de Marketing	8%
Brindes / Hospitalidade / Doações	8%
Fundo fixo de caixa (caixinha)	8%
Manutenção / Qualidade	4%

Contabilidade	3%
Nenhum	1%

Fonte: Adaptado (Grant Thornton Brasil, Diagnósticos de Fraudes, 2024)

No quadro 1, são elencados os departamentos e processos com maior incidência de fraudes, destacando como alvo maior o setor de compras, contas a pagar e tesouraria, representados por 41% de incidência; e, em seguida, o setor de vendas, faturamento e contas a receber, representados por 39%. Percebe-se que esses departamentos possuem um acesso privilegiado às informações do fluxo financeiro. Essa acessibilidade, quando não monitorada pelos mecanismos de controles internos, pode provocar um cenário propício para desvios de conduta. Apenas 1% sinalizou que não houve registro de departamento ou processo com incidência de violações financeiras durante o período analisado.

Seguindo os objetivos específicos de apresentar mecanismos de controles, o quadro 2, demonstra o grau de funcionalidade deles diante dos casos identificados. Percebe-se que esses controles internos foram cruciais para obter conclusões sobre o diagnóstico das fraudes, além de ajudar as empresas na tomada de decisões. A porcentagem foi mensurada com base nas respostas dos entrevistados em relação às suas respectivas empresas.

QUADRO 2: Ações de controles adotadas na prevenção dos casos de fraudes:

AÇÕES DE CONTROLES	%
Código de Ética e Conduta	85%
Canal de denúncias	85%
Avaliação de riscos de fraudes	62%
<i>Due Diligence / Background check</i>	58%
Procedimentos de Auditoria Interna	54%
Treinamento antifraude de funcionários	44%
Comitê independente de auditoria	38%
Política antifraude	38%
Monitoramento ou análise de dados	38%
Procedimentos de Auditoria Externa	32%
Treinamento antifraude para gerentes e executivos	28%
Departamento, função ou time dedicado	28%

Auditorias surpresas	23%
Revisão gerencial	21%
Certificação pela administração das demonstrações financeiras	20%

Fonte: Adaptado (Grant Thornton Brasil, Diagnósticos de Fraudes, 2024)

Para os respondentes, o código de ética e conduta e o canal de denúncias foram destacados como os métodos mais eficazes para o diagnóstico de fraudes, totalizando 85% das respostas. Os resultados da pesquisa também indicam que o método de avaliação de riscos de fraudes foi crucial nesse processo, sendo citado em 62% dos casos. Portanto, as empresas que o adotam percebem impactos positivos no processo investigativo. Em contrapartida, as empresas entrevistadas que afirmaram não realizar mapeamento de Análise Geral dos Riscos de Fraudes, entenderam estar mais suscetíveis a estas ocorrências. Outro destaque foi a execução de *Due Diligence e Background check*, (58%), que se caracterizam pela análise prévia e minuciosa de transações, considerando riscos e oportunidades, como também a verificação prévia de antecedentes a fim de ponderar possíveis contratações.

No quadro 3, serão destacadas as principais evidências referentes aos casos de fraudes relatadas pelas empresas. Percebe-se a eficácia dos controles internos diante desses diagnósticos, pois possibilitaram a identificação de anormalidades financeiras. Em 34 % dos casos, a fraude foi detectada por meio da análise de transações, identificando-se movimentações suspeitas; em 21% através de e-mails e mensagens, enfatizando a importância do monitoramento das comunicações internas durante os processos de investigação; 20% mediante a verificação de documentos e 17% por relatos e testemunhos. Essas foram as principais origens de provas factuais que contribuíram para as empresas diagnosticarem e fortalecerem suas ações de controle.

QUADRO 3: Principal origem das provas factuais em casos de fraudes:

ORIGEM DAS PROVAS	%
Análises de transações	34%
E-mail e mensagens	21%
Documentos	20%
Relatos e testemunhos	17%

Dados de logs sistêmicos	4%
Não foi possível comprovar a fraude	3%
Outra	1%

Fonte: Adaptado (Grant Thornton Brasil, Diagnósticos de Fraudes, 2024)

Através de uma análise geral dos dados coletados, percebe-se a elevada incidência de atos fraudulentos nos ambientes corporativos. Dentre os 113 entrevistados, 63% dos deles identificaram pelo menos uma fraude nos últimos 12 meses e, quase a totalidade desses, consideraram que a deficiência de controles internos propiciou um ambiente oportuno para os fraudadores cometerem essas violações.

Baseando-se nas provas factuais citadas no quadro acima, entende-se que os controles internos, ainda que não tenham evitado as fraudes, foram cruciais para se obter conclusões a respeito delas. Portanto, o estudo em questão evidencia a estreita relação entre os níveis de controles internos e a ocorrência de fraudes corporativas e comprova a sua eficácia no processo de prevenção, diagnóstico, correção e mitigação de atos fraudulentos. Mitigar, nesse contexto, não é garantir que não ocorrerão fraudes, mas diminuir as chances de elas ocorrerem. Portanto, quanto maior o nível de implementação de controle, maior a sua eficácia e menor o risco de violação financeira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho explanou a eficácia dos controles internos na contabilidade financeira como ferramenta estratégica para mitigação de fraudes corporativas, para tanto analisou alguns dados da pesquisa realizada por *Grant Thornton* Brasil, realizada no período entre maio e agosto de 2024, com 113 representantes de diferentes empresas brasileiras, a fim de diagnosticar aspectos comuns das fraudes corporativas. As análises dos dados apresentados foram cruciais para o alcance das conclusões gerais deste estudo.

As estatísticas evidenciam as vulnerabilidades que muitas empresas estão suscetíveis, sobretudo pela ausência de mecanismos eficientes de controle, tornando o ambiente oportuno para possíveis fraudadores. As informações coletadas pela *Grant Thornton*, permitem uma compreensão abrangente sobre aspectos comuns identificados em fraudes, como os departamentos com maior incidência de violações financeiras, as principais ações de controles adotadas e as principais origens de provas factuais. Sendo esses aspectos selecionados à discussão no presente trabalho.

Diante das análises realizadas, o estudo em questão aponta alguns mecanismos de controles internos que viabilizam a mitigação de práticas irregulares. Entende-se que, através do fortalecimento do código de ética e conduta, da segregação de funções, da execução de auditorias, da implementação de sistemas automatizados para análise de dados e monitoramento de atividades, dos treinamentos em equipe e demais ações de controle, consegue-se ter uma redução significativa de gargalos internos e, consequentemente, de atos fraudulentos.

As conclusões gerais desse trabalho mostram o quanto as ações de controles são eficazes no processo de diagnóstico de fraudes e constataam a estreita relação entre os níveis de controles internos e a probabilidade de violações financeiras. Sabe-se que, quanto maior o nível de implementação de controle, menores serão os riscos de perdas. Essa mitigação se dá através da implementação de políticas, sistemas e práticas internas que aumentem a segurança e fidedignidade das informações financeiras.

Por fim, recomenda-se estudos futuros relacionados a presente temática, tendo em vista a crescente necessidade de as empresas fortalecerem suas medidas de segurança contra possíveis fraudes. Esses estudos podem abranger a percepção dos gestores diante do custo-benefício relacionado a implementação de controles internos, assim como a comparação entre modelos distintos de controles internos, visando identificar quais estruturas apresentam maior efetividade no combate às fraudes em diferentes ambientes corporativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTHONY, Robert N.; GOVINDARAJAN, Vijay. Sistemas de Controle Gerencial. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ATTIE, William. Auditoria: conceitos e aplicações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 704 p. ISBN 978-85-224-6238-4.

ATTIE, William. Auditoria interna. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 281 p.

ATTIE, William. Auditoria interna: um enfoque para a gestão empresarial. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998. 512 p.

BERGAMINI, Sebastião Bergamini. Controles Internos como um Instrumento de Governança Corporativa. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, Vol. 12, dezembro de 2005.

BOLDT, Raphael. Uma análise crítica do triângulo da fraude de Donald Cressey: limitações e aplicações no contexto dos crimes corporativos. Boletim IBCCRIM, São Paulo, v. 33, n. 388, p. 5-8, 2025. DOI: 10.5281/zenodo.14889490. Disponível em: https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/boletim_1993/article/view/1659. Acesso em: 01 de março de 2025.

BRASIL. Secretaria Federal de Controle Interno. Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. Anexo à Instrução Normativa nº 1, de 6 de abril de 2001. Brasília: SFC, 2001.

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC T 11 – Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis. Resolução CFC nº 820/1997. Brasília: CFC, 1997.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC T 16.8 – Controle Interno. Resolução CFC nº 1.135/2008. Brasília: CFC, 2008.

COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION – COSO. Gerenciamento de riscos corporativos: estrutura integrada – sumário executivo. Tradução: PricewaterhouseCoopers e AUDIBRA. [S.l.]: COSO, 2007, p. 67.

COSTA, Ana Paula Paulino da; WOOD JR., Thomaz. Fraudes corporativas. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 52, n. 4, p. 464-472, ago. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/njX7qzF7Zy8GZhnZBBH3WYm/>. Acesso em: 01 de março de 2025.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Auditoria contábil: teoria e prática. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 920 p.

DIAS, Sergio Vidal dos Santos. Auditoria de processos organizacionais: teoria, finalidade, metodologia de trabalho e resultados esperados. 4ª ed., São Paulo, Atlas, 2015, 207p.

GARCIA, O. P.; KINZLER, L.; ROJO, C. A. Análise dos sistemas de controle interno em empresas de pequeno porte. Revista INTERFACE-UFRN/CCSA ISSN Eletrônico 2237-7506, v. 11, n. 2, 2014.

GRANT THORNTON BRASIL. Diagnóstico das fraudes no Brasil. São Paulo: Grant Thornton Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.grantthornton.com.br/insights/diagnostico-de-fraudes-no-brasil/>. Acesso em: 10 de janeiro de 2025.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. Manual de pesquisa qualitativa. Belo Horizonte: Grupo Ânima Educação, 2014. Material didático produzido para o Centro Universitário UNA.

MACEDO, Emerson Lima de. Controles internos: percepções de gestores de negócio e de compliance sobre sua utilização como instrumento de competitividade. 2018. 86 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão para a Competitividade) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2018.

MIGLIAVACCA, Paulo Norberto. Controles Internos nas Organizações. 1. ed. São Paulo: Edicta, 2002.

OLIVEIRA, J. C. R.; ZAPALLA, A. G. P. O papel do controle interno na prevenção de erros e fraudes: um estudo de caso em cooperativa de crédito de Minas Gerais. Congresso USP de controladoria e contabilidade, v. 11, 2011.

PEREIRA, Antônio Nunes. A Importância do Controle Interno para a Gestão de Empresas. Revista Pensar Contábil. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs.2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/download/68/68>. Acesso em: 17 de maio de 2025.

PINHEIRO, G. J. CUNHA, L. R. S. A importância da auditoria na detecção de fraudes. Contabilidade Vista e Revista, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 31-48, abril, 2003.

SERASA EXPERIAN. Relatório de Fraude 2024: consumidores estão dispostos a pagar mais caro por segurança. 24 jun. 2024. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/prevencao-a-fraude/relatorio-de-fraude-2024-consumidores-estao-dispostos-a-pagar-mais-caro-por-seguranca/>. Acesso em: 12 de maio de 2025.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro. Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudo, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003. p.181.

TREVISAN ESCOLA DE NEGÓCIOS. *Coleta de dados em investigação de fraudes*. 2024. Disponível em: <https://trevisan.edu.br/coleta-de-dados-em-investigacao-de-fraudes/>. Acesso em: 10 de maio de 2025.